



HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 30.540.991/0001-66

4
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art. 7º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, apresenta o Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, às 09:00 do dia 27 de abril de 2026, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) Aprovação das contas das Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração quanto ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (2) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; Fixar a remuneração global dos Administradores, nos termos do Edital de Convocação a ser divulgado no DORJ, Jornal a Voz da Serra e do Monitor Mercantil nos dias 08, 09 e 10 de abril de 2026.

Nova Friburgo, 20 de março de 2026.

José Luiz Abicalil
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores da Haga S.A. Indústria e Comércio, nos termos da legislação societária e normas da CVM vigentes, submetem à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 27 de abril de 2026, nos termos a seguir:

I) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes – **R4** Auditoria Independente S/S – submetidos previamente à manifestação do Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2026, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia.

O Conselho de Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem estes documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, caso necessário, solicitem previamente esclarecimentos sobre eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório de Administração.

O Conselho de Administração esclarece que os documentos acima referidos, incluindo o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, bem como no seu website (<http://www.haga.com.br>), nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Em atendimento ao art. 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no Anexo I a esta Proposta (Anexo I – Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia).

II) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, foi na ordem R\$ 2.144.306 (dois milhões cento e quarenta e quatro mil trezentos e seis reais), contra R\$ 2.563.841 (dois milhões quinhentos e sessenta e três mil e oitocentos e quarenta e um reais, em 31/12/2024).

Considerando o saldo atual da conta de prejuízos acumulados, apesar de a Companhia ter apurado lucro no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração recomenda a destinação do resultado do exercício para a conta de prejuízos acumulados, conforme art. 189, parágrafo único, da Lei das S.A.

Em conformidade com o artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81, a proposta completa de destinação do Lucro Líquido da Companhia, incluindo informações adicionais a serem avaliadas pelos acionistas, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 81, constam do Anexo II à presente proposta.

III) REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA EXECUTIVA.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia a remuneração mensal global dos Administradores em até R\$ 128.000,00 (cento e vinte oito mil reais), corrigida anualmente no mínimo pelo reajuste da categoria e acrescida, quando aplicável, do pagamento de despesas de INSS, FGTS, férias, 13º e participação nos resultados.

Em atendimento ao disposto no art. 13 da Resolução CVM nº 81/22, o Anexo III a esta Proposta contém informações adicionais sobre a remuneração dos Administradores da Companhia, na forma do item 8 do Formulário de Referência (Anexo III – Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto no Artigo 13, I, da Resolução CVM nº 81/22).

V) BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.

Em conformidade com o inciso VI do artigo 10, inciso III do artigo 11 e do artigo 26 da Resolução CVM nº 81/22, a companhia disponibilizou o Boletim de Voto a Distância eletrônico no ambiente virtual da B3, da CVM e no site da companhia.

Nova Friburgo, 20 de março de 2026.

José Luiz Abicalil
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos no disposto no art. 10, inciso III, da resolução CVM nº 81/22 e na forma do item 2 do Formulário de Referência.

ITEM 2. Comentários dos diretores

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Haga S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado de suas operações, as mutações do seu passivo a descoberto, os seus fluxos de caixa e seus valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, foi na ordem R\$ 2.144.306 (dois milhões cento e quarenta e quatro mil trezentos e seis reais) contra R\$ 2.563.841 (dois milhões quinhentos e sessenta e três mil e oitocentos e quarenta e um reais), resultante, em parte, das receitas derivadas de rendimentos sobre as aplicações financeiras dentre outras como aqueles oriundas de locação.

CONSOLIDADO	2025	2024	2023
Receita Líquida em R\$	28.473.425	29.529.985	28.764.252
Lucro líquido em R\$	2.144.306	2.563.841	2.484.364
Margem Líquida	7,53%	8,68%	8,64%

O nível de atividade da Companhia segue refletido pelos indicadores do desempenho industrial na Economia Brasileira, em especial, pela indústria da construção e do comércio varejista relacionado a materiais de construção, comentada abaixo no item conjuntura econômica.

CONSOLIDADO	2025	2023	2022
Receita Líquida em R\$	28.473.425	29.529.985	28.764.252
Custo do Produto Vendido	21.893.431	22.176.478	21.518.538
CPV / Receita Líquida	76,89%	75,10%	74,81%

O Custo do Produto Vendido de 76,89 % sobre a Receita Líquida em 2025 contra 75,10 % em 2024, continua refletindo as dificuldades em repassar os aumentos dos custos incorridos aos produtos, resultante dos preços das matérias primas, insumos e produtos químicos.

O mercado de commodities metálicas, como Alumínio, Cobre, Níquel e principalmente do Zinco, insumos de uso intensivo em nossos produtos, segue apresentando volatilidade em suas cotações na London Metal Exchange - "LME", sensíveis aos movimentos de investidores internacionais em busca de ativos mais seguros, como os metais, em função da depreciação do dólar no mercado internacional.

Consolidado	2025	2024	2023
Capital de Giro	38.507.145	34.151.334	28.137.258
Índice de Liquidez Corrente	2,60	2,43	2,13
Caixa e equivalentes de caixa	50.079.446	46.931.783	43.160.874
Prejuízos Acumulados	(68.131.284)	(70.275.590)	(72.839.431)
Patrimônio Líquido	(49.168.061)	(51.312.367)	(53.876.208)

O patrimônio líquido Negativo, derivado de prejuízos acumulados em exercícios anteriores a 2008, continua apresentando regressão, de (-) R\$ 51.312.367 em 31 de dezembro de 2024 para (-) R\$ 49.168.061 em 2025, confirmando que a reversão vem ocorrendo de forma contínua e gradual, com possível reversão total em função da apuração consolidada e definitiva da transação tributária individual proposta pela Companhia junto a PGFN através da plataforma REGULARIZE, tendo, em 19 de março de 2026, celebrado o Termo de Transação Individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no âmbito do Processo SEI nº 19726.018233/2024-97. A transação fundamenta-se na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN nº 6.757/2022, visando a regularização de débitos inscritos em dívida ativa, inclusive aqueles administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), remanescentes da desistência do programa REFIS. Fato Relevante publicado em 19 de março de 2026.

Consolidado	2025	2024	2023
Receita Líquida em R\$	28.473.425	29.529.985	28.764.252
Estoques	4.610.538	4.467.661	3.766.145
Giro	6,18	6,61	7,64

O nível de estoques de R\$ 4,610.538, em 31 de dezembro de 2025 (Giro de 6,18), contra 4.467.661 em 31 de dezembro de 2024 (Giro de 6,61) e R\$ 3.766.145 em 31 de dezembro de 2023 (Giro de 7,64), segue ajustado ao volume de produção e em função dos prazos de entrega dos fornecedores, bem como segurança mínima ante a volatilidade nas cotações internacionais (LME), principalmente em metais não ferrosos.

Consolidado	2025	2024	2023
Receita Líquida em R\$	28.473.425	29.529.985	28.764.252
Despesas com Vendas	3.906.864	3.913.391	3.855.337
	13,72%	13,25%	13,40%
Despesas Administrativas	4.716.060	5.364.021	4.900.163
	16,56%	18,16%	17,04%

As despesas com vendas praticamente foram mantidas e se encontram adequadas ao nível da atividade e da estratégia adotada pela Companhia, R\$ 3.906.864, 13,72% da receita líquida contra R\$ 3.913.391, 13,25 %, em 2024, nível que permanece estabilizado apesar do aumento da estrutura comercial da Companhia, destacando que grande parte das despesas possuem caráter variável, tais como comissões e frete. As despesas Administrativas e Gerais foram reduzidas para R\$ 4.716.060, 16,56% da receita líquida contra R\$ R\$ 5.364.021, 18,16% em 2024, situação em patamar suficiente para atender as demandas operacionais e legais, ainda mais complexas e onerosas, cuja redução proporcional depende de aumento substancial da receita (diluição do custo fixo), entretanto sujeitas a incrementos em função da implantação de medidas necessárias a adequações para atender aos novos requisitos constantes da reforma tributária, implantação e testes (IBS / CBS).

A Companhia necessita de maiores receitas para atingir um resultado positivo satisfatório, haja vista a insuficiência do Lucro Bruto para cobrir as despesas com vendas e administrativas - déficit na ordem de (-) R\$ 2.042.930 (dois milhões quarenta e dois mil novecentos e trinta reais) contra (-) R\$ 1.923.905 (um milhão novecentos e vinte três mil novecentos e cinco reais) no ano de 2024, refletindo na necessidade de reajustes nos preços dos produtos vendidos, de difícil repasse ao mercado que vem exigindo maiores descontos sobre as vendas tendo em vista concorrência predatória em busca de manter / aumentar participação de mercado.

INVESTIMENTO

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2025, na importância de R\$ 1.399.972 (um milhão trezentos e noventa e nove mil novecentos e setenta e dois reais, 65,29% sobre o lucro líquido, a melhor taxa dos últimos anos, contra R\$ 120.902 (cento e vinte mil novecentos e dois reais), no ano de 2024, aplicados basicamente na substituição de equipamentos antigos e ultrapassados e na melhoria da segurança operacional e do ambiente de trabalho.

CONSOLIDADO	2024	2024	2023
Lucro líquido em R\$	2.144.306	2.563.841	2.484.364
Investimento	1.399.972	120.902	738.136
	65,29%	4,72%	29,71%

Grande parte dos bens adquiridos nos últimos anos encontram-se desembaraçados e livres de quaisquer ônus, ao contrário daqueles outros anteriores, comprometidos em garantia de execuções fiscais.

Apesar do Patrimônio Líquido Negativo em 31 de dezembro de 2025 indicar que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar obrigações de longo prazo, a Administração da Companhia, no curto prazo, não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos em exercícios anteriores, da equalização do passivo - principalmente das obrigações relacionadas às rubricas de Empréstimos e Financiamentos.

Enquanto alguns débitos encontram-se pendentes de solução, a Companhia continua buscando alternativas viáveis considerando práticas cabíveis e seguras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

CENÁRIO MACROECONÔMICO:

Em 2025 o crescimento do PIB no Brasil fechou em 2,2 enquanto o industrial Fechou em 1,5 %, serviços em 1,7% e Agropecuária em 11,2%, ao passo que as projeções para o ano de 2026 seguem com 1,5 % para o PIB geral, 1,24% na indústria e 1,6% nos serviços, conforme relatório Focus – Banco Central – quadro síntese Bradesco de 30 de janeiro 2026, com a Taxa SELIC projetada para o final do período em 12,00% , o IPCA 3.8 %, um câmbio médio de R\$ / US\$ R\$ 5,35, o resultado primário do setor público mantendo déficit de (-) 0,4 % em 2025, igualmente projetado para 2026, condições que comprometem o tão necessário crescimento sustentável, ante premente necessidade de gerar superavit para estancar o crescente endividamento público, que vem ocorrendo através do aumento da carga tributária (arrecadação) ao invés do corte de despesas, fato contínuo, tendendo piorar em face ao ano eleitoral e incrementos em programas/políticas sociais.

O índice de confiança do Comércio (ICOM) subiu + 2,4 pontos em janeiro de 2026, enquanto as médias móveis trimestrais aumentaram 1,5 pontos, indicando um cenário mais positivo para a indústria com o índice de Confiança da Indústria (ICI) do FGV IBRE subindo 3,5 pontos em janeiro de 2026, enquanto a média móvel avançou 0,9 pontos, indicando um cenário macroeconômico de melhor expectativa para o setor industrial. Porém é necessário continuar em alerta face a queda do índice de confiança do consumidor -1,8 pontos em janeiro de 2026, FGV / IBRE, ou seja, a população impactada pelas condicionantes negativas – Juros altos e endividamento elevado – 7,3% (pessoa física), o maior índice desde 2021.

De acordo com a publicação da Fundação de Dados em 17 de dezembro de 2025, o comércio de materiais de construção desacelera a espera dos efeitos do programa Reforma Casa Brasil, mantendo a produção física de materiais de construção contracionista pelo terceiro mês consecutivo.

A taxa de desemprego médio Pnad continua chegará a 5,9 %, a menor taxa dos últimos 10 anos, enquanto a taxa de crescimento da massa salarial apresentará um incremento de 3,8 % em 2026, sinalizando menor perda de poder aquisitivo, principalmente das classes de menor renda.

A sondagem da Confiança da Construção, FGV / IBRE, edição janeiro de 2026, sinaliza uma evolução de 2,8 pontos, o maior nível desde março de 2025, depois de fechar o ano de 2025

em queda (95 pontos em janeiro de 2025 contra 91 pontos em dezembro do mesmo ano), refletindo melhores expectativas para o ano de 2026.

O grau de incerteza, juntamente com a alta taxa de juros, o custo de insumos e de matérias primas, associados a baixa lucratividade, continuará atrapalhando o crescimento sustentável da indústria, comprometendo o tão necessário retorno aos investimentos produtivos.

b. estrutura de capital

O capital é de R\$ 10.353.000,00 (dez milhões e trezentos e cinquenta e três mil reais), totalmente integralizado e dividido em 11.900.000 (onze milhões e novecentas mil) ações nominativas, das quais 3.966.667 (três milhões novecentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e sete) são ordinárias e 7.933.333 (sete milhões novecentas e trinta e três mil trezentas e trinta e três) são preferenciais, todas sem valor nominal.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossas maiores necessidades de recursos são para: (i) pagamento dos custos dos produtos vendidos; (ii) cumprimento do cronograma de pagamentos de parcelamentos tributários, de acordos judiciais e administrativos; (iii) pagamento dos impostos diretos e indiretos relacionados as nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

A principal fonte de recursos é o caixa gerado por meio da atividade operacional.

Acreditamos que os recursos existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para as necessidades de liquidez dos compromissos financeiros e a administração do passivo circulante, sobretudo referente às rubricas de Empréstimos e Financiamentos para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia só utiliza a sua própria geração de caixa como a única fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro para o corrente exercício.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

- (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, e, especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo com essas restrições.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2025	31.12.2024
Bancos Privados	20.754.086	20.754.086
Parcelas de curto prazo	(20.754.086)	(20.754.086)

Esses empréstimos estão prescritos conforme previsão legal do Código Civil. Entretanto, a exigibilidade se mantém, a prescrição é apenas perda do direito de cobrança judicial em que a liquidação desse saldo depende de acordo entre as partes. Portanto, não se configura como automática extinção da exigibilidade da dívida. Os Administradores da Companhia estimam que a liquidação só ocorrerá mediante acordos vantajosos, julgando assim a desnecessidade de não mais reconhecer juros com o objetivo de não causar distorções relevantes no saldo deste passivo. Ratifica tal entendimento o CPC 00 item 5.26 (b) “Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do Balanço Patrimonial da entidade”. O desreconhecimento normalmente ocorre quando este item não atende mais a definição do ativo ou passivo: (b) para o passivo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade não possui mais uma obrigação presente pela totalidade ou parte do passivo reconhecido”; ou seja, no caso presente a obrigação continua existindo.

Não há operações de Empréstimos e financiamentos na controlada.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Na esfera cível	10.230.000	140.000
	10.230.000	140.000

Em relação a contingência não provisionadas tidas como risco possível de perda, consignadas nas Notas Explicativas nº. 14, no último parágrafo, o acréscimo no exercício de 2025 no valor de R\$ 10.090.000, trata de decisão em primeiro grau na esfera cível, sentença disponibilizada pelo DJE em 20 de fevereiro de 2026 e publicada em 23/02/2026, da Comarca da Macau/RN, em ação Monitória ajuizada em 2008 para reconhecimento da dívida de uma Nota Promissória emitida em 05 de novembro de 1991, a favor do José Gomes de Lima, pela Administração Anterior, vinculada a um contrato de Assunção de Obrigações face ao Banco Noroeste, devidamente quitado junto ao processo nº 1521/92, 28ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Opostos embargos de declaração, protocolado em 26 de fevereiro de 2026, haja vista que o juízo foi omissivo quanto à devida apreciação do conjunto probatório documental acostado aos autos, que demonstram de forma inequívoca a inexigibilidade do título executivo objeto da ação monitória, porquanto evidenciam a inexistência de causa jurídica válida a amparar a cobrança.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de Subordinação entre as dívidas.

Não se aplica

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica

g. limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Atualmente a Companhia não dispõe de contratos de financiamentos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações relevantes no conjunto das demonstrações financeiras.

2.2. - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial: i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita; ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- i.** A receita da Companhia é oriunda de vendas ao segmento do Varejo de Material de Construção, em todo o território nacional, concentrada na região sudeste, em Construtoras, em indústria de Portas e no fornecimento de peças sob encomenda para a indústria de metal sanitário.
- ii.** O custo de insumos e de matérias primas atreladas a variação da LME e do Câmbio continuam atrapalhando o crescimento da indústria e comprometendo o tão necessário retorno aos investimentos produtivos, além da concorrência desleal pela informalidade e pela não conformidade normativa praticadas por concorrentes do setor.
- iii.** Os preços do setor caracterizam-se por variações graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes fatores: (i) variações no custo do produto vendido – matéria prima – mão de obra e energia elétrica; e (II) aumento ou redução na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento, grau de confiança na política econômica, oferta de crédito ou ainda em função da capacidade de endividamento da população economicamente ativa.

a. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as vendas apresentaram redução de (-) 3,58% no exercício em relação ano de 2024, (-) 7% – entre os meses de abril a agosto do corrente ano – principalmente pela forte redução das atividades ocorridas no segmento da construção civil,

(fabricantes de portas, varejo e construtoras) além do setor de metais sanitários, pelo excesso de oferta no mercado, além da perda de renda do consumidor e pela alta taxa de juros.

b. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os preços dos insumos (materiais) utilizados pela Companhia foram impactados de forma significativa pela volatilidade nos custos de insumos com variações atreladas a “LME” referente aos metais não ferrosos. As taxas de Juros e a inflação elevadas contribuíram para os efeitos negativos na atividade econômica atrelada ao varejo da construção civil.

A Companhia procurou adotar uma política de atenção aos preços dos produtos comercializados, haja vista o forte aumento da concorrência predatória e da redução das atividades no segmento da construção civil. Outrossim, a direção da Companhia mantém-se atenta à realidade presente.

2.3. Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não relevante

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício do ano de 2025 não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

2.4. Os diretores devem comentar

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como “Consolidado” e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como “Controladora”. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis têm sido aplicadas de modo consistente com todos os períodos apresentados

em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 não ocorreram efeitos significativos que mereçam destaque.

b. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nos últimos 3(três) exercícios sociais não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores.

2.5. Os Diretores devem indicar e comentar Políticas Contábeis Críticas Adotadas pelo emissor explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos, desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações a estes inerentes.

II – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

III - Provisão para perdas em crédito:

A provisão para perdas em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

IV - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

V – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

VI – Investimentos:

Na controlada, compreende o investimento em sua subsidiária integral Fullmetal Indústria e Comércio S.A., ajustado periodicamente pelo valor correspondente aos resultados líquidos desta, tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contrapartida ao patrimônio líquido da controladora.

VII – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

VIII - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação específica vigente.

IX – Empréstimos e financiamentos:

Os financiamentos com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, permanecem congelados por preclusão do direito de cobrança judicial.

X – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

XI - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

XII – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas,

que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência e pela repactuação de passivo junto a instituições financeiras.

XIII – Lucro (Prejuízo) por ação:

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

2.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

a) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

Não se aplica

b) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Não se aplica

c) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não se aplica

d) contratos de construção não terminada.

Não se aplica

e) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não se aplica.

f) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial, cabendo observar contingências de risco de perda possíveis consignadas na Nota Explicativa de nº14, conforme apontado no item 2.1- “f”, acima.

2.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2025, na importância de R\$ 1.399.972 (um milhão trezentos e noventa e nove mil novecentos e setenta e dois reais), 65,29% sobre o lucro líquido, a melhor participação dos últimos anos, contra R\$ 120.902 (cento e vinte mil novecentos e dois reais), no ano de 2024, aplicados basicamente na substituição de equipamentos antigos e ultrapassados e na melhoria da segurança operacional e do ambiente de trabalho.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia seus projetos de investimento com geração própria de caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não teve desinvestimentos nos últimos exercícios sociais, bem como, não tem previsão para tal em 2026.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção; as instalações atuais ainda são capazes de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No limite da capacidade de investimento, a companhia empreende constantemente atualizações dos atuais produtos e novos modelos complementares como parte de renovação e melhoria do portfólio, sempre considerando a força de vendas, pontos de vendas e formas de distribuição, não havendo no momento investimentos relevantes e consideráveis.

2.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que possam influenciar de forma relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “2”.

ANEXO II

ARTIGO 10, PARÁGRAFO UNICO, INCISO II DA RESOLUÇÃO CVM 81.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício conforme consigna o Anexo A, da Resolução 81.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, foi na ordem R\$ 2.144.306 (dois milhões cento e quarenta e quatro mil trezentos e seis reais) que se soma ao prejuízo acumulado e ao patrimônio líquido negativo.

A Administração da Companhia submete à Assembleia, recomendando a sua aprovação nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, que o resultado do exercício deva ser, necessariamente, absorvido pelos prejuízos acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem, se existentes.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Em 2025 a Companhia não declarou dividendos e nem juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Em 2025 a Companhia não distribuiu lucro líquido do exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não foi distribuído dividendo com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Em 2025 a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre capital próprio.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos anteriores.

Em 2025 não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (Três) exercícios anteriores.

	2025	2024	2023	2022
Lucro/Prejuízo líquido em R\$	2.144.306	2.563.841	2.484.364	5.545.845

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (Três) exercícios anteriores.

Não houve distribuição de dividendo e juros sobre capital próprio nos três últimos exercícios anteriores.

Itens 8 a 16, não aplicável a Companhia.

ANEXO III

PARA FINS DO INCISO I DO ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22 E NOS TERMOS DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global mensal destinada à remuneração dos administradores da Companhia de até R\$ 128.000,00 (cento e vinte oito mil reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social, corrigida anualmente no mínimo pelo reajuste da categoria e acrescida quando aplicável, do pagamento de despesas de INSS, FGTS, férias, 13º e participação nos resultados.

O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o acúmulo de funções, o tempo dedicado, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores.

INFORMAÇÕES DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8. Remuneração dos administradores

8.1.– Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao compensar, habilidades, o grau de comprometimento e a dedicação bem como os valores individuais. A

remuneração dos administradores é calculada na forma da lei e adequada as características e ao porte da Companhia.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não se aplica

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não se aplica

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não se aplica

c) Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; sua metodologia de cálculo e de reajuste; e principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.

A remuneração é composta por honorários fixos mensais para o Conselho de Administração e salários mensais mais verba de representação e ajuda custos para a Diretoria estatutária no limite da verba global aprovada.

O objetivo da remuneração estabelecida é compensar adequadamente a competência e a responsabilidade alinhada aos interesses e disponibilidade da Companhia.

Por se tratar de Diretores empregados, seus salários são reajustados com base nas respectivas convenções coletivas da categoria profissional e na evolução da verba global aprovada assim como os membros do Conselho de Administração.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração:

A razão para composição da remuneração é em função da situação e disponibilidade da Companhia e o vínculo dos executivos, grau de responsabilidade e atribuições.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada pela Companhia.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a.	Órgão
b.	Número de membros
c.	Remuneração segregada em:
I)	Remuneração fixa anual, segregada em:
•	Salário ou pró-balore
•	Benefícios diretos e indiretos
•	Remuneração por participação em comitês
•	Outros
II)	Remuneração variável, segregada em:
•	Bônus
•	Participação nos resultados
•	Remuneração por participação em reuniões
•	Comissões
•	Outros
III)	Benefícios pós-emprego

IV) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

V) Remuneração baseada em ações

d. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores de Remuneração reconhecidos no exercício social de 2023, 2024 e 2025 referentes ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

ANO 2023	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	360.000,00	1.052.312,00
- Honorários / Pró Labore	300.000,00	786.011,00
- Encargos Sociais	60.000,00	266.301,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA+
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)	R\$ 1.412.312,00	

ANO 2024	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	388.800,00	977.893,00
- Honorários / Pró Labore	324.000,00	532.977,00
- Encargos Sociais	64.800,00	247.468,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros – verba de representação e ajuda de custo	NA	197.448,00
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA+
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)	R\$ 1.366.693,00	

ANO 2025	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	403.200,00	955.839,00
- Honorários / Pró Labore Diretoria	336.000,00	291.810,00
- Encargos Sociais	67.200,00	303.033,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros – verba de representação e ajuda de custo	NA	360.996,00
Remuneração variável anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)	R\$ 1.359.039,00	

Valores de Remuneração previstos para o exercício social de 2026 referentes ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

ANO 2026	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	503.056,00	1.635.199,00
- Honorários / Pró-labore Diretoria	419.213,00	731.712,00
- Encargos Sociais	83.843,00	518.412,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros – verba de representação e ajuda de custo	NA	385.075,00
Remuneração variável anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)	R\$ 2.138.255,00	

8.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Não aplicado remuneração variável nos três últimos exercícios. A verba global proposta para o exercício de 2025 é de R\$ 128.000,00, mensais, acrescida de encargos, estando incluso verba de representação e ajuda de custo dos diretores estatutários entre outros benefícios para os administradores.

Se houver instalação do Conselho fiscal, as verbas dos respectivos conselheiros se limitarão ao mínimo legal, ou seja, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, pois a Cia não possui plano de remuneração em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão;
- b) número total de membros;
- c) número de membros remunerados;
- d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) data de outorga
- e) quantidade de opções outorgadas
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g) prazo máximo para exercício das opções
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i) valor justo das opções na data da outorga;
- j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade

- ii. prazo máximo para exercício das opções
- iii. prazo de restrição à transferência das ações
- iv. preço médio ponderado de exercício
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) número de ações
- e) preço médio ponderado de exercício
- f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) data de outorga
- e) quantidade de ações outorgadas
- f) prazo máximo para entrega das ações
- g) prazo de restrição à transferência das ações
- h) valor justo das ações na data da outorga

- i) **multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.11. - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) **órgão**
- b) **número total de membros**
- c) **número de membros remunerados**
- d) **número de ações**
- e) **preço médio ponderado de aquisição**
- f) **preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**
- g) **multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) **modelo de precificação**
- b) **dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c) **método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d) **forma de determinação da volatilidade esperada**
- e) **se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável, pois a Companhia não possui opções de compra de ações emitidas.

8.13. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei nº 6.404/76, os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
MEMBROS	ON	PN
JOSÉ LUIZ ABICALIL	-	296
ANTONIO RANHA DA SILVA	300	-
RONALDO LOBIANCO	-	390
BRAULIO REZENDE FILHO	100	
SAULO MENDES DE ALMEIDA	-	35.500

DIRETORIA		
MEMBROS	ON	PN
JOSÉ LUIZ ABICALIL	-	296
JORGE CAETANO DA SIVA	-	150

Os Membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários não possuem ações da sociedade controlada “subsidiária Integral”.

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornece as seguintes informações em forma de tabela.

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) Nome do plano
- e) Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar;
- f) Condições para se aposentar antecipadamente;
- g) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- i) Se há possibilidade de resgate antecipado e quais condições.

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, a diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. Órgão;
- b. Número de membros;
- c. Valor da maior remuneração individual;
- d. Valor da menor remuneração individual;
- e. Valor médio de remuneração individual; Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).

Remuneração relativa aos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025, do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária sem Encargos:

ANO 2023	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	60.000	500.595
Valor da menor remuneração individual/ano	60.000	285.416
Valor médio de remuneração individual/ano	60.000	393.006

ANO 2024	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL-maio a dez	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	3	2
Valor da maior remuneração individual/ano	64.800	16.000	477.218
Valor da menor remuneração individual/ano	64.800	16.000	253.207
Valor médio de remuneração individual/ano	64.800	16.000	365.212

ANO 2025	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL-	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	3	2
Valor da maior remuneração individual/ano	67.200	24.000	429.955
Valor da menor remuneração individual/ano	67.200	24.000	222.852
Valor médio de remuneração individual/ano	67.200	24.000	326.403

8.16. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

Não há arranjos contratuais, para os administradores empregados. Eventual indenização será com base na legislação vigente a época, bem como estabelecido em acordo coletivo da categoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve qualquer outra remuneração que não da função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

ANO 2023	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	-	2
Valor da maior remuneração individual/ano	-	-
Valor da menor remuneração individual/ano	-	-
Valor médio de remuneração individual/ano	-	-

ANO 2024	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	-	2
Valor da maior remuneração individual/ano	-	84.928
Valor da menor remuneração individual/ano	-	43.072
Valor médio de remuneração individual/ano	-	64.000

ANO 2025	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	-	2
Valor da maior remuneração individual/ano	-	127.392
Valor da menor remuneração individual/ano	-	64.608
Valor médio de remuneração individual/ano	-	96.000

ANO 2026	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	-	2
Valor da maior remuneração individual/ano	-	127.392
Valor da menor remuneração individual/ano	-	64.608
Valor médio de remuneração individual/ano	-	96.000

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante.

Não há mais informações relevantes a declarar.



ANEXO IV

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

ARTIGO 11º - INCISO I, DA RESOLUÇÃO CVM 81/22 – NO MÍNIMO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, RELATIVAMENTE AOS CONDIDATOS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES.

7.3. Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela, o nome, data de nascimento, profissão, CPF ou número do passaporte, cargo eletivo ocupado, data de eleição, data de posse, prazo do mandato, se foi eleito pelo controlador ou não, se é membro independente, principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, descrição de eventos ocorridos nos últimos 5 anos como condenação criminal, condenação em processo administrativo e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa e caso o Conselheiro de Administração e Fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos:

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome	ANTONIO RANHA DA SILVA	CPF:	833.063.667-49	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	CONTADOR	Data de Nascimento:	12/01/1965
-------------	------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	----------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: é mestre em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes - RJ, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho RJ. Foi auditor da KPMG Auditores no período de 1988 a 2001, responsável pelas áreas de auditoria em Instituições Financeiras e Transportes Marítimos e Terminais Portuários nos níveis do escritório do Rio de Janeiro e Brasil, respectivamente. Principal executivo financeiro da ALTM S.A., no período de 2001 a 2002 e desde 2003 tem se dedicado na prestação de serviços de auditoria e consultoria em médias e grandes empresas dos seguimentos Financeiros, Comércio e Indústria, Prestação de serviços, Navegação Marítima e Terminais portuários. Professor concursado da Universidade Federal Fluminense na Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda - RJ. Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada – CEPC do Conselho Federal de Contabilidade/CRC-RJ. Membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, Presidente da Comissão de Ética e representante adjunto do Brasil junto ao IFAC, no Comitê de pequenas e médias empresas de auditoria. Foi membro efetivo dos conselhos fiscais da Grendene S.A.(2011), COTEMINAS S.A.(2011), GPC Participações S.A. de 2001 até 2012 e da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.(1999, 2000, 2008 e 2009). Possui Certificado Nacional de Auditor Independente - CNAI, para atuar em auditorias de Companhias de Capital Aberto (CVM) e Instituições Financeiras (BACEN). É professor da FGV Management e diversas outras instituições de ensino em cursos de MBA, pós-graduação e de educação profissional continuada ligados às áreas de auditoria, contabilidade, controladoria e tributos. Integrante da equipe de Autores do Livro Auditoria das Demonstrações Contábeis, da série Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria do FGV Management, FGV Editora, 2007.

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2024	03 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2024	Sim	30/04/2015

Órgãos da Administração:



Nome BRAULIO REZENDE FILHO **CPF:** 516.221.307-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 27/03/1957

Experiência Profissional: Brasileiro, natural de Nova Friburgo – RJ, formado em Administração de Empresas – Universidade Candido Mendes – 1986, Direito – Universidade Candido Mendes – 2002; Proprietário das empresas Rezende Materiais para Construção S/A, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Nova Friburgo, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sincomércio) de Nova Friburgo, Membro do Comitê Gestor da Certificação Digital do SPC Brasil, Diretor Distrital da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL) do Estado do Rio de Janeiro, Empresário do comércio varejista desde 1975. Dirigente sindical desde 1975.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2024	Sim	30/04/2015

Nome CLAUDIO LOPES CARDOSO JÚNIOR **CPF:** 310.462.808-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** advogado **Data de Nascimento:** 16/10/1984

Experiência Profissional: Profissional graduado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (UniFMU) em 2011, aprovado no Exame da OAB no mesmo ano e inscrito na entidade em 2012.

Mais de 15 anos de experiência na área jurídica, especialmente com questões relacionadas à tributação e processos de insolvência (recuperação judicial e falência). Profissional com conhecimentos de contabilidade e em trabalhos de reestruturação societária e financeira.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	1 ano	C.F.Efetivo - Eleito p/Preferencialistas		29/04/2024	Não	29/04/2024

Nome BRENDA GONÇALVES FERREIRA **CPF:** 140.521.457-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** advogada **Data de Nascimento:** 06/02/1994

Experiência Profissional: Advogada com mais de 07 anos de experiência titular de escritório de advocacia;

Órgãos da Administração:



Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	1 ano	C.F.Suplente - Eleito p/Controlador		29/04/2024	Sim	30/04/2025

Nome ERICH BERGER PEREIRA **CPF:** 801.894.747-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 22/05/1961

Experiência Profissional: Administrador de Empresas, consultor especialista em gestão de processos, planejamento e custos

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	1 ANO	C.F. Titular - Eleito p/Controlador		29/04/2024	Sim	30/04/2025

Nome VICENTE BASTOS RIBEIRO **CPF:** 504.543.747-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** ECONOMISTA **Data de Nascimento:** 20/06/1951

Experiência Profissional: Graduado em economia na Universidade de Reading em 1975, obteve em 1977 o título de MSc. em economia, no Birkbeck College, Universidade de Londres, de 1984 a 1990 trabalho nas Nações Unidas, no UNCTC em Nova Iorque e na UNCTAD em Genebra. Entre 1977 e 1983 foi professor de economia na PUC do Rio de Janeiro e trabalhou também como economista em vários departamentos e projetos técnicos do IBGE, atuação na direção de empresa industrial, tendo atuado em questões ambientais, membro fundadora do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Dois Rios, membro do Conselho da Representação Regional Serrana da FIRJAN, fundador PBDAC (Programa Brasileiro da Cachaça), ajudou a fundar a associação atualmente representativa do setor produtor de cachaça no plano nacional, o IBRAC (Instituto Brasileiro da Cachaça)..

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	1 ANO	C.F – Suplente - Eleito p/Controlador		29/04/2024	Sim	30/04/2025

Nome JORGE CAETANO DA SILVA **CPF:** 641.018.277-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** ADMINISTRADOR DE EMPRESAS **Data de Nascimento:** 05/06/1952

Experiência Profissional: Científico, Faculdade de Matemática – Licenciatura Plena, Professor de Matemática da Universidade Candido Mendes, Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes - Nova Friburgo / RJ, Pós Graduado em Marketing – MBA, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas - Escola de Pós Graduação em Economia do Rio de Janeiro e Capacitação Empresarial IEL/FIRJAN/COPPE.DIRETOR DESDE: 30.04.2001 -

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/04/2024	3 ANOS	Outros Diretores	Responsavel pela área de suprimentos	29/04/2024	Sim	30/04/2000

Nome JOSÉ LUIZ ABICALIL **CPF:** 177.604.887-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** ADMINISTRADOR DE EMPRESAS **Data de Nascimento:** 12/09/1952

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes - Nova Friburgo / RJ, com cursos de especialização em Administração de Materiais, Planejamento Tributário, Contabilidade de Custos, Lógica / Programação e Análise de Sistemas, Planejamento de Informática nas Empresas, Informática para Executivos, Informações Empresariais e Planejamento Estratégico. Pós Graduado em Finanças pela COPPEAD/UFRJ, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas - Escola de Pós Graduação em Economia do Rio de Janeiro e Capacitação Empresarial IEL/FIRJAN/COPPE.DIRETOR DESDE: DIRETOR PRESIDENTE DESDE 28.06.1994 –

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	29/04/2024	03 ANOS	Presidente do C.A. e Diretor Presidente		29/04/2024	Sim	30/04/2000

nome MARCOS ALEXANDRE CARVALHO INOCENCIO **CPF:** 130.395.738-88 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** EMPRESARIO **Data de Nascimento:** 27/05/1970

Experiência Profissional: EMPRESARIO

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	1 ANO	C.F.Suplente - Eleito p/preferencialistas		29/04/2024	Não	29/04/2024

Nome PAULA CARVALHO LHERER **CPF:** 104.625.287-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** ADVOGADA **Data de Nascimento:** 19/09/1988



Experiência Profissional: ADVOGADA QUE ATUA DE FORMA AUTONOMA DESDE 2012

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2025	1 ano	Pres. C.F - Eleito p/Controlador		29/04/2024	Sim	29/04/2024

Nome RONALDO LO BIANCO **CPF:** 261.277.507-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Arquiteto e empresário **Data de Nascimento:** 14/12/1951

Experiência Profissional: Formado em arquitetura ha 44 anos, atua em projetos arquitetonicos de predios residenciais, comerciais, industriais, hotéis, pousadas, colégios, teatros, hospitais e clinicas, centros comerciais e shopping center, arquitetura de interiores, com ampla experiencia em detalhamento, especificação e execução de obras de construção civil.Como empresário atua no ramos de Moveis Planejados.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2024	Sim	30/04/2021

Nome SAULO MENDES DE ALMEIDA **CPF:** 125.097.118-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 10/11/1966

Experiência Profissional: **FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Rennes School of Business – Candidato a DBA/PhD em Administração de Empresas e Ciência de Dados – junho de 2025 Universidade de Sunderland – Certificado de Pós-Graduação em Ciência da Computação e Ciência de Dados – março de 2023 Universidade do Texas em Austin – Programa de Pós-Graduação em Aprendizado de Máquina e IA – julho de 2020 Universidade de Stanford – Programa de Pós-Graduação em Inovação Corporativa – agosto de 2018
IME USP – Mestrado em Matemática Aplicada – janeiro de 2004
Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Administração de Empresas – janeiro de 1991

****EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL****

1. ****Civi-Co**** (março de 2024): Membro do Conselho CIVI-CO, um hub que inclui 130 organizações com e sem fins lucrativos que abordam todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A organização atua em diversos setores, promovendo conhecimento e colaboração entre a sociedade civil, autoridades públicas e o setor privado.
2. ****Civi-Co Ventures**** (Desde fevereiro de 2023): Atuo em um fundo de investimento em estágio inicial, CIVI-CO Ventures, que visa negócios escaláveis e habilitados por tecnologia alinhados com os ODS da ONU. Este fundo foca em gerar impacto social e ambiental enquanto garante retornos financeiros para os investidores.

3. ****GARINVEST Investimentos Ltda**** (julho de 2018 - Presente): Como Sócio e Gestor de Portfólio, responsável por avaliar e selecionar startups para inclusão em portfólios de investimento gerenciados pela Garin, estruturando fundos de capital de risco como Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes (FMIEE). Atualmente, gerencio um fundo de VC focado em startups SaaS B2B nas fases de Seed a Series A, com divisão geográfica de 80/20 entre investimentos onshore e offshore. Anteriormente, atuei como membro do conselho da Kenoby (uma startup de RH) e atualmente ocupo uma posição no conselho da Crowd (uma plataforma digital de marketing e tecnologia).
 4. ****Citibank**** (agosto de 2012 - junho de 2018) - Como Diretor e Chefe das Equipes de Assessoria de Investimentos e Mercados de Capitais, liderei estratégias de gestão de ativos abrangendo investimentos líquidos e ilíquidos em diversos mercados.
 5. ****BlackRock**** (junho de 2009 - julho de 2011): Gerenciei a equipe de mercados de capitais, promovendo e facilitando a negociação de produtos negociados em bolsa (ETFs) na B3 (BMF&Bovespa). Interagi com um grupo diverso de investidores e órgãos reguladores.
 6. ****Macquarie Bank**** (maio de 2006 - março de 2009): Trabalhei em Nova York em gestão de ativos de terceiros, estruturação de derivativos e gestão de produtos, visando investidores institucionais para fins de hedge, arbitragem e alavancagem.
 7. ****BNP Paribas**** (novembro de 1999 - maio de 2006) - Como Market Maker de Derivativos de Ações, envolvi-me na estruturação e venda de transações de derivativos adaptadas para portfólios de investimentos, abrangendo estratégias tanto onshore quanto offshore.
- **CERTIFICAÇÕES****
- Certificações: Possuo CFP, Planejador Financeiro Certificado (junho de 2016), juntamente com certificados em Visualização de Dados com Python, Python para Ciência de Dados e IA, e Transformação Digital do IBM e MIT (2019).
 - ****Proficiência em Software****: Sou qualificado em Python, R, Excel, Power BI e SQL e concluí vários projetos em Python envolvendo aprendizado de máquina, análise de dados e IA incluindo análise de sentimentos, classificação de imagens, segmentação de clientes e mais.

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2024	Não	29/04/2024

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há composição de comitês.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor, Administradores do emissor, Administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, controladores diretos ou indiretos do emissor, Administradores do emissor e Administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos administradores, indicados pelo Acionista Controlador; entre administradores da Companhia e administradores da controlada da Companhia, diretos e indiretos.



7.6. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre Administradores da Companhia e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia ou (ii) controlador direto ou indireto da Companhia:

Identificação	CPF/CNPJ pessoa relacionada	Tipo de Relação do Administrador com a pessoal relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo / Função		Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
JOSÉ LUIZ ABICALIL		Subordinação	
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETOR PRESIDENTE	177.604.887-34	Brasileiro	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FERRAGENS HAGA	39.523.735/0001-06	Brasil	